

O BC quer reordenar o mercado financeiro

O governo está convencido de que um acordo sobre a dívida externa contribuirá para restabelecer a confiança dos empresários na economia e para aumentar a demanda de financiamentos de médio e longo prazo. Para atender a essa demanda na produção e no consumo, o diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Keyler Carvalho Rocha, considera que o mercado financeiro precisa ser reordenado, criando-se condições para que os investidores voltem a aplicar seus recursos em operações de prazos mais longos.

Ontem durante almoço com empresários da área financeira, promovido pela Associação das Empresas de Investimentos, Crédito e Financiamento (Acrefi), o novo diretor do BC disse que os choques sofridos pela economia nos últimos anos e as constantes mudanças nas regras do jogo atuaram como "um vendaval que destruiu a confiança dos investidores em operações de longo prazo. Temos agora que reconstruir um quadro de confiança". Logo após seu primeiro encontro oficial com empresários paulistas, o novo diretor do BC disse que a reconstrução pode significar uma volta ao passado, com um aperfeiçoamento do sistema anterior.

Após salientar que não existe ainda definição do governo sobre a

reorganização do sistema financeiro, Rocha adiantou algumas linhas que poderão ser seguidas: relançamento das ORTNs como papel de longo prazo do governo, elevação dos juros para aplicações de prazos mais longos em papéis do setor público e privado, e redução do Impos-



Newton Aguiar

Keyler Rocha: longo prazo

to de Renda para ganhos obtidos em operações mais longas, melhorando a atual tabela progressiva.

Rocha, ex-membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef), não concorda com a afirmação genérica de que os juros no mercado brasileiro estão muito altos. "O que está alta é a taxa nominal que reflete a inflação. Os juros reais estão num nível adequado."

Atualmente, os bancos e as financeiras não estão conseguindo captar recursos no mercado, a prazos superiores a 60 dias e por isso seus empréstimos limitam-se a 180 dias, embora estejam autorizadas a operar a prazos mais amplos. Rocha considera que a elevação de juros e a redução de IR para quem aplicar a prazos superiores a 180 dias não afetará muito o custo do empréstimo que é influenciado principalmente pelo comportamento da inflação.

Tanto na captação como nos empréstimos, os bancos e as financeiras operam com taxas prefixadas e pós-fixadas. No novo quadro previsto para o mercado financeiro, Rocha sugere que os juros pós-fixados fiquem restritos às operações de prazos mais amplos. Aplicações de até 60 dias deveriam ficar apenas no prefixado.